

A construção da emancipação nos espaços campestinos pela via da educação do campo

Sabrina Stein (Mestranda em Ensino de Humanidades/IFES)

Charles Moreto (Doutor em Educação/IFES)

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar uma discussão teórica a respeito do conceito de *emancipação*, tendo o intuito de mostrar ao leitor que a alienação existente precisa ser superada para se alcançar a humanização dos sujeitos. A intenção primordial do artigo é provocar no leitor o desenvolvimento de um olhar crítico sobre o tema, instigando-o para que o mesmo observe que é necessária a construção dessa emancipação também no espaço campestino que sofre, na maioria das vezes, com a alienação provocada graças a lógica da produção do agronegócio que ali se instala. Tal lógica passa uma visão distorcida desses espaços, onde também são encontrados trabalhos dignos, geração de empregos, lazer e conhecimentos - estes últimos passados de geração em geração. Diante disso, a educação do campo, se coloca como um caminho para a formação de consciências e tomadas de decisões, pois somente quando tivermos a clareza e o entendimento da alienação que sofremos, é que poderemos superar as situações que alienam e excluem. Sendo assim, o professor que atua nas escolas campestinas se torna um agente de transformação e mediação para que essa emancipação de fato aconteça dentro de uma Educação do Campo que valorize a cultura local e o saber de seus educandos campestinos para que, a partir daí, dialogue com a cultura universal e os saberes produzidos ao longo da história pela humanidade.

Palavras-chave: Emancipação; Educação do campo; Espaços campestinos.

Abstract

The article aims to present a theoretical discussion about the concept of emancipation, with the intention of showing the reader that the existing alienation needs to be overcome in order to reach the humanization of the subjects. The primary intention of

the article is to provoke in the reader the development of a critical look on the subject, instigating it so that the same one observes that the construction of this emancipation is necessary also in the peasant space that suffers, in the majority of times, with the provoked alienation thanks to the logic of the production of agribusiness that is installed there. Such logic passes a distorted view of these spaces, where are also found worthy jobs, job creation, leisure and knowledge - the latter passed from generation to generation. Faced with this, the education of the countryside is a path to the formation of consciences and decision-making, because only when we have the clarity and understanding of the alienation that we suffer, can we overcome the situations that alienate and exclude. Thus, the teacher who works in the peasant schools becomes an agent of transformation and mediation so that this emancipation does happen within a Field Education that values the local culture and the knowledge of its peasant students so that, from there, dialogue with the universal culture and the knowledge produced throughout history by humanity.

Keywords: Emancipation; Field Education; Peasant Spaces.

Introdução

Algo que nos motivou a pensar um pouco mais sobre o conceito de emancipação, foi a citação de Marx (2010, p.34) *temos de emancipar a nós mesmos antes de poder emancipar outros*. Nessa passagem fica evidenciado que a emancipação é um processo que primeiramente precisa ser provocado/produzido em nós, para que, ao observarmos a realidade que nos cerca, possamos perceber as situações que oprimem, criando em nós um processo de luta política para que outros também observem as situações opressoras e se emancipem.

Ao abordar aqui a questão da emancipação do professor campesino, queremos evidenciar que esse educador que atua nas escolas do campo, precisa, em primeiro lugar, compreender que somente quando ele tomar consciência de seu papel transformador e se perceber emancipado é que poderá motivar seus alunos a refletirem sobre suas ações e sobre a sociedade em que vivem, para, assim, poderem se libertar das situações opressoras existentes, pois quando reconhecemos a

opressão, podemos gerir nossas ações para rompê-las, ocorrendo assim a emancipação.

Para que essa emancipação possa acontecer, o professor da escola do campo deve provocar em seus alunos, a reflexão acerca do conceito alienação, entendendo que a mesma é fruto do sistema capitalista vigente e em contrapartida, buscar, a partir das reflexões realizadas, a apropriação do conceito de emancipação humana em sua forma concreta.

Outra prática que o professor campesino pode realizar com seus alunos, além do conhecimento dos conceitos de alienação e emancipação, é propor a análise de realidades onde encontramos situações alienantes e realidades emancipadas, de modo que os educandos possam se apropriar dessa construção a partir de situações reais.

Buscando o aprofundamento necessário para o ensaio aqui proposto, dialogamos com os autores como Rodrigues (2011), Menezes Neto (2009) e Freire (2016). Tais autores contribuem para que o leitor interessado pelo tema compreenda melhor como a educação do campo se apresenta nos dias atuais, possibilitando, sobremaneira, uma reflexão acerca dos processos de alienação difundidos pelo agronegócio predatório e excludente sobre o campo, seus sujeitos, suas culturas e suas formas de produção, e que conta com o apoio da grande mídia.

Partindo desse pressuposto, este trabalho visa fazer o leitor refletir sobre a importância de se superar essa alienação, objetivando-se uma tomada consciente para a busca de uma emancipação dentro do contexto campesino que aqui é evidenciado pela via da Educação do Campo e pelo papel do professor campesino.

Emancipação humana no contexto escolar campesino

O conceito de emancipação é algo que vem sendo cada vez mais discutido e estudado, justamente porque quando a alcançamos, ela nos garantirá um caráter de humanização em uma sociedade onde presenciamos cada vez mais situações de

opressão e exclusão pessoal e social provocadas por uma alienação que é fruto do sistema capitalista vigente (MENEZES NETO, 2009).

Porém, é importante ressaltar que emancipação não é um processo pronto e acabado, justamente porque a cada dia nos deparamos com novas situações de opressão que precisam ser por nós refletidas e superadas, para podermos analisar o que realmente nos aliena, buscando novas estratégias que irão possibilitar a emancipação.

Para tanto, o leitor pode se perguntar: o que é alienação? E emancipação?

Como forma de responder a essas perguntas apresentamos o significado das palavras *alienação* e *emancipação* tendo como aporte teórico o *Dicionário do Pensamento Marxista* (BOTTOMORE, 1988) como forma de apresentar melhor esses conceitos que norteiam esse trabalho.

Bottomore (1988, p. 20) cita que para Marx a alienação

[...] é ação pela qual (ou estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim, alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma), e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos [...].

Dentro dessa lógica, é evidente que um indivíduo alienado não percebe as nuances que estão ao seu redor, permanecendo estático, de forma que não reflete sobre a realidade que o cerca.

O autor continua dizendo que Marx ainda dizia que o trabalho alienado, aliena o homem e a natureza, priva sua função ativa, aliena o homem de seu próprio corpo, da vida humana, espiritual e da natureza externa, constituindo algo que de certa forma o limita.

Contrapondo esse conceito, Bottomore (1988, p. 202) traz o que Marx entendia por emancipação *a liberdade é a ausência de interferência ou, ainda mais especificamente, de coerção*, por essa citação observamos que um indivíduo

emancipado é livre das situações desumanizantes que o oprimem, ou seja, a partir do momento em que ele reconhece que é explorado, começa a perceber a sua realidade e busca, por meio de uma ação política, uma transformação de sua vida, sendo essa emancipação um processo que se dá por meio da análise da vida social, é uma tomada de consciência.

Esse exercício nos ajuda a iniciar o entendimento sobre essas duas palavras e seus significados, fundamentais para a constituição desse artigo, pois a alienação, como descrito acima, na visão marxista é algo que nos impede de ter uma verdadeira consciência. Isso se dá devido a falta de controle, por parte do trabalhador, sobre sua atividade, ritmo de produção e a respeito do que fazer com o produto do seu trabalho, tudo isso impede essa visão crítica. De tal modo, o trabalho, que expropria o produto da ação do trabalhador, é alienante.

A tomada de consciência dessa dominação como foi descrito acima, é o primeiro passo para rompermos a alienação e caminharmos para a emancipação. Sendo assim, essa conscientização não é o fim, mas o começo de todo um processo que parte dela e segue em direção às ações concretas que geram mudanças significativas em nossa vida pessoal e social (FREIRE, 2016).

Rodrigues (2011), em seu livro “Sociologia da Educação”, ao tratar sobre as ideias durkheimianas, nos fala que a sociedade na qual vivemos nos “molda”, já que tudo o que recebemos é passado de geração em geração, através das relações sociais. Diante disso, muitas vezes adquirimos costumes que nos negam enquanto sujeitos e que muitas vezes nos alienam a tal ponto que achamos que certas práticas estão corretas, por isso é tão importante nos reconhecermos como sujeitos de nossas histórias para rompermos os paradigmas existentes.

Para explicar os processos sociais em Karl Marx, o autor menciona *que a história humana é a história da relação do homem com a natureza e dos homens entre si* (RODRIGUES, 2011, p. 33), enfatizando que todas essas relações se dão pelo trabalho que move o ser humano e o dignifica enquanto ser social.

Vale ressaltar aqui, que o trabalho que dignifica, não é aquele que expropria o produto do trabalho realizado pelo trabalhador e sim, um trabalho que, ao ser realizado, favorece que o homem desenvolva-se enquanto ser social, na relação com a natureza e com os demais seres humanos, em um processo de humanização (MARX, 2010).

Por meio do trabalho, o homem modifica a natureza e dá prosseguimento a esse processo de humanização, pois cria novas técnicas, inova e se reconstrói em cada relação, acarretando para si, e para as novas gerações, possibilidades de crescimento (RODRIGUES, 2011). Com essa reflexão, o ser humano acaba, por meio do trabalho, dominando a natureza e também percebendo que é necessária uma divisão de tarefas para que a produtividade aumente, daí o surgimento da divisão do trabalho que é tão presente na sociedade capitalista vigente.

É graças a essa divisão do trabalho que ocasionou um processo em que alguns homens passaram a trabalhar para outros, constituindo o que Marx chama de “relações sociais de trabalho” (RODRIGUES, 2011). Diante disso, o autor relata que, historicamente, cada época passou por transformações nas forças sociais do trabalho. Em relação a isso, Marx e Engels citam que existiram

[...] três diferentes modos de produção ao longo da história: o modo de produção escravista antigo (Grécia e Roma antigas, onde o trabalho era realizado por escravos), o modo de produção feudal (vi gente no mundo medieval) e o modo de produção capitalista. A cada um desses modos de produção correspondem diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas materiais e diferentes formas de organização da propriedade (ou relações sociais de produção). No primeiro, a relação social básica é a escravidão, que opõe escravos e senhores de escravos; no segundo, a relação social básica é a de servidão, que opõe servos de gleba e senhores feudais; e no terceiro, a relação social fundamental é a de assalariamento, que opõe capitalistas e operários, isto é, burgueses e proletários. Dessas diferentes relações de propriedade, ou melhor, da posição dos homens com relação às formas de propriedade vigentes num dado

modo de produção, é que surgem as classes sociais (RODRIGUES, 2011, p. 35)

Esse excerto nos remonta a luta de classes, porque desde o modo de produção escravista existem dominados e dominantes. Porém, a partir da sociedade capitalista isso não ocorre mais, já que o trabalhador começa a receber um salário e o mesmo não tem noção dessa dominação e acaba se tornando um alienado, pelo simples fato de recebê-lo, considera que seu trabalho é digno o suficiente para não receber mais por isso, sem se dar conta de que recebe bem menos que deveria, não refletindo que é explorado pelo sistema (MARX, 2010).

Diante desse cenário, Rodrigues (2011) toma como base Marx e Engels para nos fazer pensar uma questão pertinente, para refletirmos sobre como podemos superar essa alienação.

Uma potente solução para esse problema seria a educação emancipadora/libertadora, pois ela carrega consigo as possibilidades de contribuir para que o ser humano possa refletir e se humanizar. A educação pode nos propiciar as ferramentas necessárias que nos permitam ter consciência, mas devemos (re) pensar que o trabalho nos humaniza enquanto sujeitos (mas não o trabalho explorado, tal qual vivemos, e sim o trabalho emancipado das relações de dominação), porque nos construímos a partir das relações sociais diariamente. É preciso aprender a desnaturalizar o que achamos natural.

O professor precisa como sujeito, observar as situações alienantes na qual ele se encontra, para, após refletir, iniciar um processo de emancipação e, ao fazê-lo reconhecer as situações de alienação na qual seus alunos estão sendo vitimados pelo sistema social no qual estão inseridos para que, assim, possa ajudá-los trabalhando uma educação que faça frente à alienação, de tal forma que os mesmos também alcancem a emancipação pela via da reflexão (FREIRE, 2016).

No entanto, como já sinalizado por diversos autores, entre os quais Rodrigues (2011) ao trabalhar com as ideias de Marx, a educação, dependendo dos interesses de classe, pode servir para emancipar, mas também para alienar. Assim, observamos que muitas forças políticas querem a alienação do educador, de modo que o mesmo

não reflita sua prática e continue a engendrar um sistema que exclui e aliena, reproduzindo, muitas vezes, uma cultura que favorece ainda mais a dominação e a exploração do trabalhador, de modo que os próprios alunos “enxerguem” a situação do modo de trabalho “alienado” como algo natural, entendendo que sempre haverá dominados e dominantes e isso não pode ser mudado.

Com os trabalhadores do campo a situação não era (ou ainda em muitos caso, não é) diferente. Durante muito tempo, houve uma concepção hegemônica de que o campo era um local atrasado, que precisava ser modernizado para acompanhar as inovações tecnológicas existentes (MENEZES NETO, 2009), passando uma visão errônea desse espaço, já que ali encontramos uma cultura muito marcante que tem como alicerce a concepção de que os saberes da terra precisam ser passados de geração em geração e suas especificidades respeitadas.

Diante disso, dentro dos espaços camponeses, encontramos uma agricultura familiar muito forte, que, pela força do trabalho do camponês, produz alimentos para a subsistência da família e que o lucro é uma consequência de seu trabalho, já que o excedente é vendido (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE; MERLER, 2015).

Algo que comprova a importância da agricultura familiar para o Brasil é que

Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco mais de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advém deste setor. (SCHNEIDER; CASSOL, 2017, p. 88)

Por meio dessa citação, observamos que a agricultura familiar tem uma representatividade muito grande no país, por isso, seu espaço é legítimo e os sujeitos

que ali vivem, por meio de sua força de trabalho garantem a sobrevivência de suas famílias e a movimentação da economia, não sendo jamais um espaço atrasado ou economicamente falido.

Já em outra frente encontramos a visão do agronegócio que tem como características a exploração da terra através de monoculturas, cuja produção é destinada para a exportação, aplicação de agrotóxicos e fertilizantes químicos, utilização de sementes transgênicas, fazendo uso de máquinas que contribuem com o desemprego no campo, desrespeito à natureza, entre outros aspectos, tendo a produtividade e o lucro como causa primeira (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE; MERLER, 2015). Porém, por ter a influência e apoio das mídias, o mesmo se destaca, como modelo (único) para a agricultura deixando a mercê, o trabalhador camponês, que produz alimentos diversificados e alimenta com seus produtos, o mercado interno de alimentos. Nesta situação vemos a incompatibilidade entre o tempo humano e o tempo ambiental, acelerados para atender ao “tempo” do capital.

Em meio a isso, percebemos que, na visão do agronegócio, a educação precisa fomentar nos alunos uma formação voltada para a eficiência e para a produtividade, uma vez que, se o desemprego chegou ao campo, é preciso *preparar o educando para novas funções também fora do meio rural* (MENEZES NETO, 2009, p. 28). Esse entendimento demonstra que a ideia de fixar o aluno camponês no meio rural é algo ultrapassado, que precisa ser superado, porque se esse mesmo aluno se capacita de forma integral, o mesmo poderá trabalhar de acordo com as necessidades do agronegócio e posteriormente gerar maiores lucros, evidenciando uma visão capitalista do campo.

Podemos dizer que esse discurso se apresenta como *o canto das sereias*, pois apresenta-se como uma proposta encantadora na sociedade capitalista em que vivemos, sendo reproduzido para o aluno do campo a ideia de que o espaço em que ele habita com seus familiares não poderá lhe dar futuro e que para isso ele precisa ir em busca de novos ideais fora do campo, pois somente assim poderá ter sucesso profissional e pessoal.

Esse discurso nos remete novamente a Rodrigues (2011) que afirma que, em seus estudos, Marx enfatizava que a sociedade capitalista se mantém graças a uma ideologia que age como um sistema ordenado de ideais e regras que moldam o ser humano, que mesmo que eles não tenham consciência, faz com que ajam de acordo com a visão capitalista e aceitem passivamente a dominação.

O discurso do agronegócio, associado à uma visão urbanocêntrica presente na quase totalidade nos cursos de formação de professores, contribui para que o professor não rompa com a alienação em relação ao campo e reproduza essa visão distorcida dos espaços campestres e de seus sujeitos junto aos seus educandos, fazendo-os desistirem de viver neste espaço, gerando, até mesmo, o desejo de não voltarem a esse local. Neste cenário, o camponês perde sua cultura, pois reconhecendo que seu saber não é considerado, ele se desenraiza do local de origem e se torna deslocado diante dessa situação (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE; MERLER, 2015).

A educação do campo precisa ser repensada pois, de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC, o Censo Escolar 2016 (divulgado em 2017) apresentou que 33,9% das escolas de educação básica estão localizadas no campo, o que representa um total de 2.456.976 matrículas dos anos iniciais, 1.450.526 matrículas dos anos finais e 356.938 matrículas no ensino médio, evidenciando que esse espaço é legítimo e que precisa reconhecer esses sujeitos como indivíduos que merecem uma educação que valorize seus saberes e que permita que realizem escolhas conscientes.

Muitos movimentos sociais de defesa do campo apresentam propostas de educação campestre bem diferentes desse que acabamos de descrever, pois eles tem como objetivo fomentar que é preciso ter práticas voltadas para a cidadania, para que os alunos campestres se sintam valorizados com os saberes que possuem, usando deles para que a formação pedagógica aconteça e que a formação para o trabalho se constitua numa forma humanizadora, emancipatória, onde o aluno perceba que neste espaço escolar sua cultura é reconhecida e observe que o campo é um local de muitas possibilidades para a transformação da natureza de forma equilibrada para o bem estar de todos (MENEZES NETO, 2009).

O professor campesino deve ficar atento a cerca dos projetos de educação voltados para o campo que estão sendo difundidos. Através do Projeto Político Pedagógico da escola, o mesmo poderá perceber qual modelo está sendo desenvolvido: o do agronegócio ou o projeto de valorização do camponês para assim, analisar criticamente e conscientemente os aspectos que norteiam o percurso pedagógico daquela instituição educativa.

Se a educação desenvolvida na escola assume a concepção do agronegócio, a mesma tende a reproduzir uma sociedade de classes, preparando o aluno para esse mercado alienante que motiva a preparação para um emprego futuro e a negação do campo e seus saberes (discurso do capitalismo). Podemos afirmar que é uma educação rural, ou uma educação para o campo, mas não uma educação do campo (MENEZES NETO, 2009).

A escola, como instituição educativa, deve buscar, inicialmente, ouvir o aluno camponês que ali estuda, bem como a sua família e a comunidade, pois é preciso quebrar o paradigma de que o campo é um local ultrapassado e impotente. Pelo contrário, o campo se apresenta como um espaço onde, desde cedo, os filhos dos agricultores têm contato com a terra e aprendem, ainda muito jovens, sobre o mundo do trabalho por meio de técnicas que são passadas de geração para geração (MENEZES NETO, 2009).

Em meio a isso, frisamos que o trabalho do professor campesino deve ser direcionado para a valorização do camponês, bem como o de aproveitar os saberes que todos ali possuem para motivar os seus educandos a reconhecerem no campo a possibilidade de geração de trabalho, de inovação tecnológica e de sustentabilidade.

No que se refere ao aspecto educacional, Menezes Neto (2009, p. 32) afirma que

[...] a educação do campo pode e deve incorporar o trabalho como princípio educativo que não tenha em vista a 'preparação para o emprego', e sim a formação 'pelo trabalho'. Pensar a educação pelo trabalho é um importante passo para a superação do ensino

tradicionalmente idealista e situa o conhecimento no mundo material da produção humana.

Pensar numa educação pelo trabalho é aproveitar os saberes camponeses em sala de aula, é valorizar a cultura local, motivando aquela comunidade a repensar suas práticas e a reconhecer que o modelo de agronegócio imposto precisa ser superado, evidenciando, assim, a passagem da alienação para a emancipação.

Freire (2016) afirma com veemência que todos os seres humanos são capazes de reinventar o mundo, lutando pela liberdade, não aceitando a dominação, sendo autônomos e conscientes de suas ações na sociedade. De tal modo, para que essas capacidades se desenvolvam nos seres humanos, é preciso uma educação que assuma um caráter emancipatório, pois é necessário que os sujeitos se reconheçam como seres históricos que, a partir de uma tomada de consciência, se humanizem, deixando de serem alienados por um sistema que exclui (FREIRE, 2016).

É importante ressaltar que, para Freire (2016), a formação da consciência só é possível se a mesma acontecer na relação com as pessoas através do diálogo permanente. Por isso, no interior das escolas, é preciso a realização de reflexões para que todos os envolvidos no ato educativo possam assumir uma postura humanizadora, emancipando-se na relação diária uns com os outros, em um movimento constante que nunca tem fim, pois ele é dinâmico, vivo.

Quando os camponeses passam a ter consciência dos direitos que possuem, os mesmos se reconhecem como agentes de transformação e passam a lutar para que a educação seja realmente voltada para que os indivíduos possam ter a sua cultura valorizada, desejando a criação e a aplicabilidade de projetos que contribuam para a transformação social (FOERSTE; SCHÜTZ-FOERSTE; MERLER, 2015).

Um conceito importante que Freire (2016) nos traz a esse respeito é o de *práxis*. Segundo o autor, a *práxis* é a ação dos homens sobre o mundo em que vivem para transformá-lo. Sem ela, essa transformação seria impossível de acontecer. Por isso, o sujeito precisa reconhecer a opressão e agir para superá-la, pois conhecer somente não é suficiente, é preciso ação e reflexão.

A educação, nesse contexto, é um instrumento importante para que haja a verdadeira consciência do opressor e do oprimido, porque somente aquele que se reconhece oprimido pode superar essa dominação e avançar para um processo de libertação permanente (FREIRE, 2016).

O professor campesino deve, através de sua prática pedagógica, conduzir seus alunos a uma tomada de consciência, para que eles possam perceber que o modelo defendido pelo agronegócio para o campo não é o que os camponeses precisam e anseiam. Pelo contrário, o meio camponês já se constitui como um local de saberes e práticas humanizadoras, partilhadas e constituídas de forma social (MENEZES NETO, 2009).

A formação do educador que leciona em escolas do campo deve ser pautada no diálogo entre os vários saberes, de modo que a teoria e a prática se entrelaçam, entendendo, como afirma Freire (2016, p. 39) que “[...] ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, cabendo ao educador essa mediação dialética para a formação humana.

Vale a pena aqui mencionar que Freire (2016) diferenciou muito bem os conceitos de educação bancária e educação emancipatória, na qual a primeira se caracteriza pela domesticação dos indivíduos, onde o professor encara o aluno como depósito e vai enchendo-o de conteúdos, sem problematizar, sem gerar criticidade no ato educativo, negando o diálogo; já na segunda, o educador problematiza pelo diálogo constante os conteúdos estudados, provoca os educandos à reflexão constante, de modo haja transformação de vida e práticas para a liberdade.

Se torna importante diferenciar esses dois conceitos tão atuais defendidos por Freire (2016), justamente porque um professor campesino que deseja se emancipar e conduzir seus alunos à emancipação, deve ter em mente que é necessário a aplicabilidade de uma educação que vise a libertação, pois é somente por essa via que se alcança a humanização.

Considerações finais

Como apontamos, o objetivo deste artigo foi trazer ao diálogo a importância de se desenvolver, dentro da Educação do Campo e no seio das escolas campesinas, uma ação humanizadora com o intuito de possibilitar a reflexão dos sujeitos campesinos de seu estar no mundo.

Quando o educador campesino decide de fato exercer uma educação que tenha como princípio o diálogo e a problematização social, consegue com o grupo de educandos a passagem da alienação para a emancipação, na qual seu trabalho educativo acontece no coletivo, como afirma Freire (2016, p. 43) *a busca do ser mais que não pode realizar-se ao isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existentes* deixando evidente que os homens se humanizam uns com os outros, jamais sozinhos, isolados, pois juntos adquirem a consciência que os faz sujeitos históricos.

O professor campesino, ao conhecer a realidade de seus alunos, pode, pela via do diálogo, estabelecer uma ligação com a comunidade de modo a valorizar os saberes campesinos, motivando os educandos a desenvolverem o espírito de pertencimento, que, muitas vezes, é negado por uma política que visa o agronegócio e desestimula o campesino a continuar com suas raízes culturais no campo (MENEZES NETO, 2009).

Emancipar-se constitui algo muito profundo e reflexivo porque por meio dela o ser humano se humaniza e deixa de ser simplesmente um objeto manipulado pelas mãos dos dominantes (MARX, 2010). Ele se percebe liberto e pelo coletivo motiva outros a se libertarem pela via da conscientização crítica.

O papel da educação é de fundamental importância, pois por meio dela, tanto o professor campesino, quanto seus alunos, estarão certos de que emancipando-se poderão romper com a velha lógica do capitalismo, tendo ambos uma inserção crítica na realidade social.

Referências bibliográficas

BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2016. Notas estatísticas. *INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Ministério da Educação. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf Acesso em: 28 jun. 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 62ª ed. [1967]. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

MARX, Karl. Sobre a questão judaica. In: _____. *Sobre a questão judaica*. [1843]. São Paulo: Boitempo, 2010.

MENEZES NETO, Antônio de. Formação de professores para a Educação do Campo: projetos sociais em disputa. ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Aracy Alves (orgs.). *Educação do campo: desafios para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 25-39.

FOERSTE, E.; SCHÜTZ- FOERSTE, G. M. ; MERLER, A. . Educação do campo: uma contribuição para a pedagogia social. In: Erineu Foerste, Leticia Queiroz de Carvalho e Priscila de Souza Chisté. (Org.). *A pedagogia social em diálogo: educação profissional, linguagens e saberes do campo*. São Carlos: Pedro e João, 2015, v., p. 27-44.

CARVALHO, Leticia Queiroz de; CHISTÉ, Priscila de Souza (orgs.). *A pedagogia em diálogo: educação profissional, linguagens e saberes do campo*. São Carlos: Pedro&João Editores, 2015.

RODRIGUES. Alberto Tosi. Sociedade, educação e emancipação. In: _____. *Sociologia da educação*. 6ª ed. 1ª reimpressão. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011, pp. 31-49.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Orgs). *Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 84-109.

Sobre os autores

Sabrina Stein é mestranda do curso de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades pelo Instituto Federal do Espírito Santo – IFES Campus Vitória. E-mail para contato: sabrinastein03@gmail.com

Charles Moreto é doutor em Educação (2015) pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES na linha de pesquisa "Cultura, currículo e formação de educadores". É professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades - PPGEH, no IFES Campus Vitória. E-mail para contato: charlesmoreto@gmail.com